

NOTAS EXPLICATIVAS – 1º Trimestre de 2025

Sumário

1. <u>Estrutura organizacional do Órgão</u>	1
2. <u>Base de preparação das demonstrações contábeis</u>	2
3. <u>Resumo das principais práticas e critérios contábeis</u>	2
4. NOTAS EXPLICATIVAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3

1- Estrutura Organizacional do Órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é composta de 11 Campus, 01 Campus Avançado, e unidades complementares sendo algumas de Educação a distância e outras de apoio presencial. O órgão é uma Autarquia Federal vinculada ao MEC.

Atualmente o IF Farroupilha é composto pelas seguintes unidades administrativas²:

- Reitoria (Santa Maria)
- *Campus* Alegrete
- *Campus* Frederico Westphalen
- *Campus* Jaguari
- *Campus* Júlio de Castilhos
- *Campus* Panambi
- *Campus* Santa Rosa
- *Campus* Santo Ângelo
- *Campus* Santo Augusto
- *Campus* São Borja
- *Campus* São Vicente do Sul
- *Campus* Avançado Uruguaiana
- Polos de Educação a Distância
- Centros de Referência

Fonte: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a-institui%C3%A7%C3%A3o>

A estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha é assim configurada:

Órgão UGE - Gestão		UG Executora			
26420	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	158127	INST. FEDERAL FARROUPILHA REITORIA		
		154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS JAGUARI		
		155081	CAMPUS SANTO ANGELO		
		155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN		
		158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO		
		158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE		
		158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL		
		158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS		
		158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA SAO BORJA		
		158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA		
		158505	INST.FE.FARROUPILHA/CAMPUS PANAMBI		

Fonte: Tesouro Gerencial

2- Base da preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*):NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*)¹; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

3- Resumo das práticas e critérios contábeis

- *Orçamento público*: a estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, elaborado e é inserida no Siafi para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

- *Ente público*: os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

- *Despesa pública*: as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos”

¹ Informações disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

(por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

- *Recursos orçamentários e recursos financeiros*: na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária² como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

4- NOTAS EXPLICATIVAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

Nota 01 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2025 o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 373.880.731,56 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2023 e 2024.

1.1.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26420 em 31/03/2025 totalizavam R\$ 111.421.870,77 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Os bens móveis representam 27,20 % do total do Ativo do Órgão.

1.1.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Instituto Federal Farroupilha em 31/03/2025 totalizavam R\$ 329.118.884,32 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUNET e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Obs.: O registro da depreciação de bens móveis permanece prejudicado, pois o sistema de controle patrimonial permanece com inconsistências. A migração para o SIADS é iminente, tratativas foram iniciadas com a equipe de implantação do sistema.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA				
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO				
EXERCÍCIO	2025				
PERÍODO	1º TRIMESTRE (FECHADO)				
EMISSÃO	30/04/2025				
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	34.415.416,90	44.892.072,12	PASSIVO CIRCULANTE	107.438.342,76	107.215.319,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.342.290,51	36.152.490,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	38.319.140,27	41.223.960,23
Créditos a Curto Prazo	4.370.314,22	7.507.370,76	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	4.370.314,22	7.507.370,76	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.723.743,74	846.400,19
Demais Créditos e Valores	4.370.314,22	7.507.370,76	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	101,18	50,63
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	668.475,51	1.190.652,78	Provisões a Curto Prazo	-	-

Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	65.395.357,57	65.144.908,54
VPDs Pagas Antecipadamente	34.336,66	41.557,90			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	375.100.308,40	373.049.177,25	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.117,63	1.117,63	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.117,63	1.117,63	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	4.434,74	4.434,74	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	107.438.342,76	107.215.319,59
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
	-	-			

Investimentos do RPPS de Longo Prazo			Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Demais Reservas	98.542.609,93	98.542.609,93
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	203.534.772,61	212.183.319,85
Imobilizado	373.880.731,56	371.830.350,41	Resultado do Exercício	-8.648.537,50	-27.553.172,20
Bens Móveis	46.061.079,64	45.200.420,65	Resultados de Exercícios Anteriores	212.183.319,85	199.831.178,08
Bens Móveis	111.421.870,77	110.874.243,60	Ajustes de Exercícios Anteriores	-9,74	39.905.313,97
	-65.347.860,88	-65.660.892,70			

(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-12.930,25	-12.930,25			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	302.077.382,54	#####
Bens Imóveis	327.819.651,92	326.629.929,76			
Bens Imóveis	329.118.884,32	327.810.730,33			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.299.232,40	-1.180.800,57			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.214.024,47	1.213.274,47			
Softwares	1.210.532,19	1.209.782,19			

Softwares	1.727.781,92	1.727.031,92			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-517.249,73	-517.249,73			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			

TOTAL DO ATIVO				409.515.725,30	417.941.249,37	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				409.515.725,30	417.941.249,37
QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES											
ATIVO						PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO				2025	2024	ESPECIFICAÇÃO				2025	2024
ATIVO FINANCEIRO				29.342.290,51	36.152.490,68	PASSIVO FINANCEIRO				111.598.088,85	69.733.216,80
ATIVO PERMANENTE				380.173.434,79	381.788.758,69	PASSIVO PERMANENTE				66.083.768,89	66.516.259,49
						SALDO PATRIMONIAL				231.833.867,56	281.691.773,08
QUADRO DE COMPENSAÇÕES											
ATIVO						PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024			ESPECIFICAÇÃO		2025	2024		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos						ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos					
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		64.349.419,46	68.266.968,96			SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		31.019.864,56	15.506.120,14		
Atos Potenciais Ativos		64.349.419,46	68.266.968,96			Atos Potenciais Passivos		31.019.864,56	15.506.120,14		

Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	64.332.161,59	68.249.711,09	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	782.524,04	782.524,04
Direitos Contratuais	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais	30.237.340,52	14.723.596,10
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	64.349.419,46	68.266.968,96	TOTAL	31.019.864,56	15.506.120,14

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-71.417.195,80
Recursos Vinculados	-10.838.602,54
Educação	-5.203.417,01
Previdência Social (RPPS)	-6.355.018,09
Dívida Pública	-14.880,51
Fundos, Órgãos e Programas	734.713,07
TOTAL	-82.255.798,34



BGU-BP-Trimestre1-
Orgao26420.xls